

O RELATO AMBIENTAL NAS EMPRESAS DO PSI-20

Francisco José Alegria Carreira (francisco.carreira@esce.ips.pt)

Ana Sofia Barradas Damião (ana.damiao@esce.ips.pt)

Instituto Politécnico de Setúbal – Escola Superior de Ciências Empresariais

Departamento de Contabilidade e Finanças

Campus IPS – Estefanilha

2914-503 Setúbal (Portugal)

ABSTRACT

During the past few decades, the concepts of sustainable development and Corporate Social Responsibility (CSR) have appeared as a challenge that companies must face, because they place “the environment (...) at the same level of strictly economic results” (Mendes, 2007:iv).

CSR entrepreneurial policies and reporting are mostly voluntary compromises made by business organizations, especially when they concern the natural environment.

On a global scale, no mandatory international accounting standard, exclusively concerning the financial accounting and reporting procedures on environmental matters, has yet been issued.

This study seeks to analyze some of the factors that may be significantly related to environmental disclosure practices on behalf of the Portuguese companies listed in the PSI-20 Index.

Portuguese and international literature has summarized these factors to a set of corporate features which may be associated with environmental disclosures in the companies’ annual reports and accounts. Following these studies, we identified: size and leverage.

KEYWORDS: Size, Leverage, Environmental reporting.

INTRODUÇÃO

A responsabilidade social não é um fenómeno recente. Nos últimos 30 anos, a Responsabilidade Social das Empresas (RSE) e a divulgação de informação nesta área, têm vindo a revelar-se temas de grande interesse e discussão nos meios académicos e empresariais.

Nas últimas décadas, têm vindo a emergir, e a agravar, problemas ambientais a nível global. É neste contexto que surge o conceito de desenvolvimento sustentável, que parece desafiar as variáveis e medidas do modelo económico baseado na tradicional contabilidade financeira ou relato financeiro, e daquilo que constitui, atualmente, fator de sucesso empresarial (Gray, 2002). Segundo este conceito “o desenvolvimento económico e a protecção ambiental são tratados conjuntamente, e não isoladamente (...)” (Barros, 2008:4).

As políticas empresariais de RSE traduzem-se, essencialmente, em compromissos voluntários assumidos pelas empresas. O relato sobre as mesmas é igualmente feito, na sua maior parte, de forma voluntária por parte das empresas. Segundo Niskala e Pretes (1995), o relato ambiental pode ser, assim, muito subjetivo.

Existem “(...) diferentes normas, emanadas de diversas fontes (...)” (Mendes, 2007:3), em diferentes países, sobre Responsabilidade Ambiental. Contudo, não existe ainda uma norma contabilística internacional, única, para o tratamento contabilístico das matérias ambientais, que seja aceite por todos (Niskala e Pretes, 1995; Chan e Welford, 2005; Kraemer, 2005; Kuk *et al.*, 2005; Leote e Rita, 2008, 2009; Comissão Europeia, 2010).

Em Portugal existe, atualmente, a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 26 – Matérias Ambientais (NCRF 26), que prevê aspetos de reconhecimento contabilístico, mensuração, apresentação e divulgação de informação de cariz ambiental.

No caso particular das entidades com valores mobiliários admitidos em mercados regulamentados dos Estados-Membros da União Europeia (UE) e que elaboram contas consolidadas, é obrigatória a aplicação das normas internacionais emanadas pelo *International Accounting Standards Board* desde 1 de janeiro de 2005 (Leote e Rita, 2009; Fernando *et al.*, 2010).

Os requisitos enunciados em várias normas, de caráter geral, emanadas de diversas fontes, a nível global, sobre o relato da Responsabilidade Ambiental têm servido de base a vários estudos, nacionais e internacionais.

Os estudos nesta área têm permitido identificar um conjunto de fatores estratégicos que influenciam as práticas de divulgação deste tipo de informação, nas empresas, principalmente quando esta não é obrigatória, como foi o caso do estudo realizado por Monteiro (2007) que identificou os fatores que explicam as práticas de divulgação ambiental nas grandes empresas a operar em Portugal.

À semelhança do estudo realizado por esta autora, também nós procuramos saber que características das empresas, incluídas na nossa amostra, estão significativamente associadas com a proeminência da divulgação de informação de natureza ambiental, de modo a aferir sobre a eventual relação significativa (positiva ou negativa) entre o relato sobre matérias ambientais e o desempenho financeiro.

A nossa amostra é composta por 24 empresas que estiveram cotadas no índice de referência da Euronext Lisboa, o Índice PSI-20, no período de 2007 a 2009 e, à semelhança de outros trabalhos empíricos que existem sobre a divulgação deste tipo de informação, aplicámos o método de análise de conteúdos dos R&C anuais das mesmas.

Aplicámos uma análise univariada para testar um conjunto de três hipóteses formuladas, tendo como variável dependente o “Relato Ambiental”, e variáveis independentes a “Dimensão: Volume de Negócios”, “Dimensão: Capitalização Bolsista” e o “Endividamento”.

Esta comunicação está dividida em duas grandes partes. Na primeira, realizar-se-á uma breve revisão de literatura, nacional e internacional, sobre responsabilidade social, com especial incidência no que diz respeito à divulgação de informação de natureza ambiental. Faremos ainda uma breve referência ao quadro normativo sobre esta matéria.

Na segunda parte desenvolveremos o nosso estudo empírico. Será aí descrita a metodologia de análise, o processo de recolha de dados e definição da amostra, apresentar-se-ão as hipóteses a serem testadas, assim como uma análise aos resultados obtidos e sua discussão.

Por fim, apresentaremos as conclusões finais, enunciando algumas limitações e proposta de linhas de investigação futuras.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Uma organização tem responsabilidades para com a sociedade que vão para além das “obrigações derivadas da função económica de produção e distribuição de bens e serviços”, de acordo com Epstein (1987, citado por Seabra *et al.*, 2008:12).

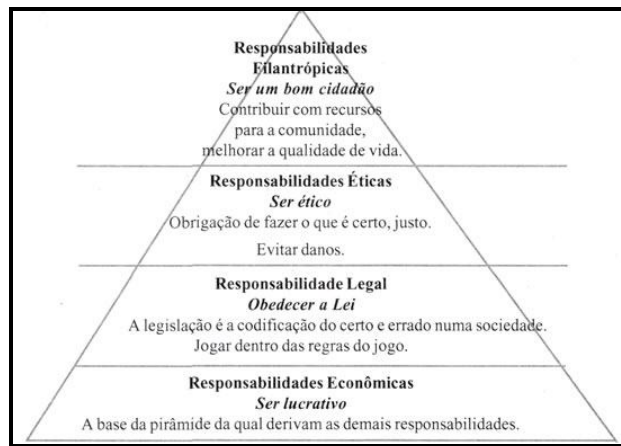
A responsabilidade social das empresas (RSE), tradução para português de *corporate social responsibility* (CSR), tem sido uma área reconhecida nos últimos anos, por empresários, corpos diretivos das empresas, académicos, investigadores e sociedade civil.

O Livro Verde apresentado pela Comissão das Comunidades Europeias (2001:7), define RSE, como “a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas.”

Diversos autores, como Seabra *et al.* (2008), utilizam o conceito de responsabilidade social das organizações (RSO) em vez de RSE, por aquele ser mais abrangente.

Carroll hierarquiza estes aspetos de acordo com a pirâmide da Figura 1.

Figura 1 – A Pirâmide da Responsabilidade Social Empresarial



Fonte: Archie B. Carroll, “The Pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders.” *Business Horizons* (July-August 1991) in Carroll e Buchholtz (2008:45), “*Business and Society: Ethics and Stakeholder Management*”.

Também o conceito de sustentabilidade começou a merecer maior destaque na década de 90 do século XX (Gray e Collison, 2002; Lamberton, 2005). Sustentabilidade, ou desenvolvimento sustentável é definido com base no Relatório Brundtland, da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, das Nações Unidas (1987:8) como aquele que “satisfaz as necessidades da geração presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (Gray, 2002, 2006; Gray e Collison, 2002; Sahay, 2004; Gauthier, 2005).

Gray (2006) afirma que a sustentabilidade do planeta está ameaçada e que esta ameaça surge da combinação da atividade económica, principalmente das grandes empresas, e níveis de consumo da população em geral.

As empresas preocupam-se, essencialmente com questões de crescimento, desenvolvimento tecnológico, lucro e expansão (Gray e Collison, 2002). Byrch *et al.* (2007) dizem que se tem assistido a um *trade-off* entre proteção ambiental e crescimento económico. Gray (2002) partilha desta opinião ao afirmar: “*The benefits of capitalism are bought at, (...), an unacceptably high price – not least in terms of environmental degradation, social injustice (...) and so forth*” (Gray 2002:371), isto é, que se tem pago um preço muito elevado pelos benefícios do capitalismo e que os custos têm ultrapassado, em larga medida, os benefícios.

Carreira e Dias (2004) também referem que “a não substituíbilidade, a incerteza e a irreversibilidade” são as principais questões levantadas sobre a sustentabilidade do nosso planeta.

Segundo Gray (2006), este conceito de sustentabilidade não é de fácil aplicação a nível empresarial, pois exige, entre outros aspetos, um compromisso em termos de conservação do meio ambiente, a correta gestão dos recursos naturais e uma maior equidade social.

Tradicionalmente, a informação divulgada aos diferentes *stakeholders*, as partes interessadas, que integram: investidores, gestores, trabalhadores, fornecedores, consumidores, comunidades locais e ainda organizações não governamentais (ONG), é a que resulta da contabilidade financeira direcionada, principalmente, aos *shareholders* (Knox *et al.*, 2005; Gray, 2006).

Esta seria a informação de maior relevância, elaborada segundo as normas e os princípios contabilísticos, traduzida em termos monetários (Gray, 2002). A prática contabilística segue nesta perspetiva, a teoria económica, cujo principal objetivo é a maximização do lucro das empresas (Gauthier, 2005).

Este paradigma já não é suficiente. O conceito de RSE pressupõe que as empresas passam a “ter uma preocupação a três níveis: económico, ambiental e social” (Barros, 2008:4).

O relato da RSO é exigido pela sociedade; as diferentes partes interessadas exigem informação transparente, verdadeira, atempada e suficiente, para a tomada de decisões (Chan e Welford, 2005, Knox *et al.*, 2005, Kuk *et al.*, 2005).

Crê-se que o relato da RSO potencia o desempenho social e ambiental das empresas associado a um melhor desempenho financeiro, contribuindo para a criação de valor (Sahay, 2004; Gray, 2006; Sánchez e Sotorrió, 2007; Robertson, 2008).

Muitos têm sido os estudos para aferir sobre as relações entre: relato social e ambiental, desempenho social e ambiental, e desempenho financeiro (Gray, 2006). Um dos estudos de referência é o de Al-Tuwaijri *et al.* (2004) que apresenta as relações entre a divulgação de informação ambiental, o desempenho ambiental e o desempenho económico, relacionando estes três aspetos dois a dois.

1.2. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO AMBIENTAL

Este modelo de relato qualitativo não permite, por vezes, a comparabilidade entre empresas (Niskala e Pretes, 1995; Sahay, 2004; Chan e Welford, 2005) e constitui um desafio às organizações cujo atual foco na divulgação de informação é dado àquela que é apresentada em termos monetários (Al-Tuwaijri *et al.*, 2004; Lamberton, 2005; Cho e Patten, 2007).

Alguns dos autores consultados como Gray (2002, 2006), Gray e Collison (2002), Sahay (2004), Chan e Welford (2005), Byrch *et al.* (2007), entre outros, apresentam algumas preocupações relacionadas com a questão do relato de sustentabilidade. Embora este tipo de relato seja uma tendência já generalizada em grandes empresas, muitos dos seus relatórios não abordam as principais questões de sustentabilidade que enfrentam.

Alguns relatórios divulgam, apenas, as suas “boas práticas empresariais” que garantem a sustentabilidade do negócio de modo a contribuir para a maximização de valor para o *shareholder*, mas em nada relacionadas com a sustentabilidade do meio ambiente e do planeta (Chan e Welford, 2005; Gray, 2006).

Existe, assim, o perigo de transmitir uma falsa imagem das atividades desenvolvidas pela empresa, que relata, apenas, aquelas que gere positivamente (Lamberton, 2005; de Villiers e van Staden, 2006; Cho *et al.*, 2010). O relato ambiental é, assim, muito subjetivo (Niskala e Pretes, 1995).

Neyland (2007) questiona como é que se conseguirá a transparência da informação perante a ocorrência de tais situações?

Estes conceitos, de desenvolvimento sustentável e relato sobre sustentabilidade, parecem desafiar as atuais variáveis e medidas do modelo económico baseado na tradicional contabilidade financeira ou relato financeiro, e daquilo que constitui, atualmente, fator de sucesso empresarial (Gray, 2002).

1.3. A INICIATIVA DA GLOBAL REPORTING INITIATIVE

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma *multistakeholder* que engloba uma rede de milhares de especialistas de diversos países em todo o mundo, que pertencem a altos quadros de alguns organismos e participam em grupos de trabalho, e visa a utilização de Diretrizes na execução dos relatórios de sustentabilidade.

A GRI foi fundada em 1997. Resultou de uma iniciativa da organização não governamental *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

O relato de, ou sobre, sustentabilidade aborda aspetos económicos, ambientais e sociais. Esta tripla dimensão, fundada nos três Ps (*people, planet and profit*) (Mendes, 2007:82), constitui a *Triple Bottom Line* (TBL),

conceito desenvolvido por John Elkington, em 1997, (Lamberton, 2005; Gray, 2006) e é a base das Diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI).

A GRI considera que a divulgação sobre a coesão económica, ambiental e social deve ter uma normalização idêntica à do relato financeiro, uma vez que são considerados, igualmente, determinantes para o sucesso organizacional.

As Diretrizes são de aplicação voluntária e preveem um conjunto de indicadores de desempenho para cada uma das três dimensões, orientando o relato sobre cada uma delas. Existem indicadores quantitativos, essencialmente, para a função económica e indicadores qualitativos, para além dos quantitativos, para as funções ambiental e social.

As Diretrizes contribuem para o aumento da transparência da informação divulgada sobre os impactos sociais e ambientais da empresa (Gauthier, 2005) e têm vindo a merecer uma aceitação, generalizada, por parte de empresas a nível global (Sahay, 2004).

Até à data, mais de 1.500 empresas a nível mundial, incluindo muitas das principais marcas do mundo, declararam a adoção voluntária às orientações da GRI. Consequentemente, o padrão de orientações G3 tornou-se global para a elaboração de relatórios.

O Quadro 1 apresenta algumas empresas, nacionais e internacionais, que adotaram as Diretrizes da GRI.

Quadro 1 – Exemplos de Algumas Empresas que Adotam as Diretrizes da GRI¹

Nacionais (a)	Internacionais (b)
BCP	Adidas
BES	Coca Cola
Brisa	Fuji Xerox
Carris	LG Electronics
Corticeira Amorim	Nokia
Delta	Philips
EDP	Procter & Gamble
Galp	Royal Dutch Shell
Grupo Mota-Engil	Siemens AG
PT	Sony Corporation

1.4. O QUADRO NORMATIVO SOBRE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A Comissão das Comunidades Europeias emitiu dois documentos onde está patente a preocupação sobre o impacto das empresas no meio ambiente: o “Livro Branco da Responsabilidade Ambiental” (Comissão Europeia, 2000) que delimita algumas responsabilidades ambientais mínimas (Kraemer, 2005) e o “Livro Verde: Promover um Marco Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas” (Comissão Europeia, 2001) que incentiva um comportamento voluntário por parte das empresas para além dos requerimentos legais e contratuais (Kraemer, 2005), nas dimensões económica, ambiental e social.

O relato ambiental é uma “matéria multidisciplinar” (Sahay, 2004). Aspectos legais, contabilísticos, económicos e científicos devem ser conciliados (Chan e Welford, 2005).

Ao longo dos últimos 30 anos, Gray (2002) tem levantado a questão sobre: quais os verdadeiros fundamentos, propósitos e pressupostos da contabilidade e das finanças? A resposta a esta questão seria servir o interesse público. Segundo este autor, a contabilidade e as finanças que “servem” as organizações, investidores e mercados, encorajam atividades não-sustentáveis existindo, deste modo, um conflito entre

¹ Fontes: Elaboração própria a partir dos sites:

(a) Relatórios de Sustentabilidade de 2009, acedido em 26 de março de 2011 em <http://www.bcsdportugal.org/relatorios-2009/347.htm>

(b) CorporateRegister.com – Global CSR Resources, acedido em 26 de março de 2011 em <http://www.corporateregister.com/reports/>

sustentabilidade e o atual capitalismo financeiro internacional. Ele defende a criação de uma “contabilidade social e ambiental” como subsistema da contabilidade financeira.

Não existe ainda uma norma contabilística internacional, única, para o tratamento contabilístico das matérias ambientais, que seja aceite por todos (Niskala e Pretes, 1995; Chan e Welford, 2005; Kuk *et al.*, 2005).

Leis, regulamentos e normas constituem as principais fontes de convenção na área da contabilidade. Os aspetos ambientais e sociais são, também, alvos de tratamento contabilístico, se bem que a contabilidade nestas áreas é, ainda, muito embrionária.

1.4.1. União Europeia

Existe a preocupação sobre a necessidade de obter uma maior harmonização sobre o que se publica nas contas anuais e no relatório de gestão das empresas da União Europeia no que respeita a questões ambientais (Kraemer, 2005).

A Recomendação da Comissão, de 30 de maio de 2001 (2001/453/CE), veio definir alguns conceitos sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de aspetos ambientais nas contas e relatório de gestão das sociedades, “de modo a permitir a divulgação de informação ambiental de forma mais homogénea entre as diversas organizações” (Leote e Rita, 2009). O seu âmbito de aplicação está limitado às informações prestadas nos relatórios e contas individuais e consolidados, não se aplicando às informações publicadas em relatórios com fins específicos sobre as questões ambientais.

Esta Recomendação foi transposta para o normativo nacional com a Diretriz Contabilística nº 29 (DC 29).

1.4.2. International Accounting Standards Board

O IASB é o organismo responsável pela publicação das IFRS (*International Financial Reporting Standards*).

Existem referências a matérias ambientais dispersas nalgumas IAS (*International Accounting Standards*), nomeadamente no que diz respeito à informação a divulgar nas demonstrações financeiras (IAS 1), quanto ao reconhecimento dos dispêndios de caráter ambiental, capitalização de gastos ambientais (IAS 16) e ao critério para a constituição de provisões ambientais (IAS 37).

Segundo Eugénio (2011), existem outras duas IAS com relevância específica para matérias ambientais: a IAS 36 – Imparidade de Ativos e a IAS 38 – Ativos Intangíveis.

O Quadro 2 sintetiza estas normas.

Quadro 2 – International Accounting Standards com Referências a Aspetos Ambientais

IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras
IAS 16 – Ativos Fixos Tangíveis
IAS 36 – Imparidade de Ativos
IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
IAS 38 – Ativos Intangíveis

O Regulamento nº 1606/2002/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, veio alargar o âmbito de aplicação das IAS/IFRS nos países da União Europeia (UE), de forma obrigatória a entidades com valores mobiliários admitidos em mercados regulamentados dos Estados-Membros da UE (sociedades cotadas na UE) e que elaboram contas consolidadas, em relação a cada exercício económico com início em ou após 1 de janeiro de 2005 (Leote e Rita, 2009; Fernando *et al.*, 2010).

1.4.3. Comissão de Normalização Contabilística

No contexto português, o Plano Oficial de Contabilidade (POC), em vigor desde 1977, e um conjunto de Diretrizes Contabilísticas publicadas desde então, constituía até 2010, o normativo contabilístico nacional.

“Em Portugal, após ausência de normas de contabilidade sobre esta matéria, foi publicada em 2002 a Directriz (DC) 29 – Matérias Ambientais.” (Eugénio, 2011:19).

Em janeiro de 2010, o POC foi substituído pelo novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), uma vez que se revelava “desajustado face às modificações verificadas na economia e na actividade das empresas” (Nabais e Nabais, 2010:IX).

A DC 29 foi, então, substituída pela Norma Contabilística e de Relato Financeiro nº 26 – Matérias Ambientais (NCRF 26).

Estas normas preveem critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação relativos a dispêndios de carácter ambiental, passivos e riscos ambientais e os ativos com eles relacionados, que afetem a posição financeira e os resultados da entidade relatada, bem como o tipo de informação ambiental a ser divulgada nas Demonstrações Financeiras e no Relatório de Gestão.

Quadro 3 – Principais Diferenças entre DC n.º 29 e NCRF n.º 26

	DC n.º 29 – Matérias Ambientais (efeitos a partir de 1 janeiro 2006)	NCRF n.º 26 – Matérias Ambientais (efeitos a partir de 1 janeiro 2010)
Apresentação de provisões de carácter ambiental no Balanço.	parágrafo 54.	---
Divulgações no Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados.	parágrafo 55, alínea f).	---
Apêndices.	“Definições Eurostat de Dispendios Ambientais (Documento ENV/96/10c)”.	“Direitos de Emissão de Gases com Efeito de Estufa – Contabilização das Licenças de Emissão” e exemplo ilustrativo em anexo.

1.5. ESTUDOS EMPÍRICOS DESENVOLVIDOS SOBRE O RELATO AMBIENTAL NACIONAL E INTERNACIONAL

Existe, à partida, o pressuposto teórico de que o relato sobre matérias ambientais e sociais tem um potencial impacto sobre os desempenhos económico-financeiro, ambiental e social (Gray, 2006), pois pensa-se que o relato de informações desta natureza conduzirá a um melhor “comportamento” empresarial.

Muitos têm sido os autores que efetuaram os seus estudos, tendo por base a análise de relatórios e contas de um conjunto de empresas (Niskala e Pretes, 1995; Patten, 2002; Al-Tuwaijri *et al.*, 2004; Chan e Welford, 2005; de Villiers e van Staden, 2006; Cho e Patten, 2007).

Um dos estudos de referência é o de Al-Tuwaijri *et al.* (2004) que apresenta as relações entre a divulgação de informação ambiental, o desempenho ambiental e o desempenho económico, relacionando estes três aspetos dois a dois.

No que concerne à relação entre a divulgação social e ambiental e o desempenho financeiro, os resultados não têm sido, claramente, conclusivos. As razões para estes resultados poderão ser várias, desde os utilizadores da informação financeira reconhecerem (ou não) um valor acrescido na divulgação de

informação de carácter ambiental e social, a divulgação deste tipo de informação ser encarada como um sinal nos mercados financeiros como a consciencialização e responsabilização por parte das empresas pelas suas ações em termos ambientais e sociais, etc. (Gray, 2006).

2. ESTUDO EMPÍRICO

2.1. METODOLOGIA E ABORDAGEM

Um dos principais meios utilizados pelas empresas para comunicar com os seus *stakeholders* é o Relatório e Contas (de Villiers e van Staden, 2006). Este tem sido a principal fonte de dados para a maior parte dos estudos empíricos que existem sobre a divulgação de informação sobre responsabilidade social (Barros, 2008). A metodologia utilizada na maioria dos casos é a análise de conteúdo (Monteiro, 2007).

Este estudo pretende aferir sobre a eventual relação significativa (positiva ou negativa) entre a divulgação sobre matérias ambientais e alguns fatores considerados como fazendo parte do desempenho económico-financeiro das empresas.

Utilizamos uma abordagem mista, seguindo as linhas gerais da Teoria da Legitimidade. Na componente quantitativa do estudo, procedemos à aplicação de uma análise unilateral para testar as hipóteses adiante formuladas. Pretende-se aferir se existe uma relação, positiva ou negativa, entre as divulgações de carácter ambiental (por ex.: relacionadas com o nível de emissões gasosas; de resíduos industriais perigosos, banais e urbanos; ruído; multas; etc.) e o desempenho financeiro (por ex.: volume de negócios, etc.). O ponto de partida para este procedimento é de que existe uma “hipótese geral que associa a informação ambiental a determinadas características empresariais, (...)” (Monteiro, 2007:1011).

Na componente mais qualitativa, consideramos a análise documental (dos relatórios e divulgações emanadas pelas empresas) para a construção de um índice de divulgação ambiental, seguindo as linhas de estudo de Patten (2002), Cho e Patten (2007) e Monteiro (2007). O objetivo principal, aqui, será o de averiguar o grau de relato ambiental nas empresas que compõem o Índice PSI-20 e a sua evolução ao longo do triénio 2007-2009.

2.2. PROCESSO DE RECOLHA DE DADOS

Foram consultados os *sites* na *Internet* das empresas que compõem o Índice PSI-20, dos setores: papelheiro, energético, de produção de cimentos, construção civil, petrolífero, de distribuição, telecomunicações, concessão de autoestradas e bancário. Foram consultados os Relatórios e Contas Consolidadas (disponíveis nos *sites*) dos anos de 2007, 2008 e 2009, de onde foram extraídas informações de cariz ambiental e alguns dados de natureza financeira.

Foram recolhidos alguns elementos de informação ambiental presentes no Relatório de Gestão e no Anexo após uma análise exploratória dos Relatórios e Contas Consolidadas das empresas.

Foram considerados 25 elementos ambientais para efeitos do cálculo do Índice de Divulgação Ambiental aplicando um sistema de “pontuação” de 0 (zero) pela ausência do elemento ou 1 (um) pela sua presença, de modo a medir a extensão de divulgação ambiental (Patten, 2002; Monteiro, 2007).

Para estudar as relações entre algumas variáveis e o índice de divulgação ambiental construído foi necessário recorrer aos dados das demonstrações financeiras (Balanço e Demonstração de Resultados por Naturezas) e do Relatório de Gestão.

2.3. DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

Fizemos já alusão ao Índice PSI-20 (o que nos leva a pensar em 20 empresas). Contudo, a amostra final desta investigação não é representada, apenas, por 20 empresas reportadas a uma determinada data. Foram analisados dados de três anos: 2007, 2008 e 2009. A composição do principal índice da Euronext Lisboa sofreu alterações ao longo desse triénio: algumas empresas entraram, enquanto outras saíram.

No estudo foram consideradas todas as empresas que se mantiveram no índice ao longo de todo o período em análise bem como as que entravam, continuando a considerar os dados daquelas que entretanto saíram.

A amostra final é composta por 24 empresas. Estas empresas vêm enunciadas no Quadro 4 com indicação do respetivo setor de atividade.

Quadro 4 – Amostra de Empresas por Setor

Empresa		Sector de Actividade
1	Altri	Silvicultura e exploração florestal
2	BCP	Finanças e capitalização
3	BES	Finanças e investimentos
4	BPI	Finanças e investimentos
5	Brisa	Concessionaria de auto-estradas
6	Cimpor	Produção de cimentos
7	Cofina	Comunicação social (edição jornais e outras publicações)
8	EDP	Produção e distribuição de electricidade
9	Galp	Petrolífera e combustíveis (comércio por grosso)
10	Impresa	Comunicação social (actividades de televisão)
11	Jerónimo Martins	Grande distribuição, maioritariamente distribuição alimentar
12	Mota-Engil	Construção civil
13	Novabase	Informática
14	Portucel	Produção e comercialização de papéis de alta qualidade
15	PT	Telecomunicações e multimédia
16	Semapa	Produção de cimentos
17	Sonae	Industria de matéria-prima, distribuição e venda de alimentos, administração de centros comerciais, turismo, construção, telecomunicações, transporte e capitais de risco
18	Sonae Indústria	Derivados de madeira
19	Sonaeecom	Comunicação social, telecomunicações, Internet e informática
20	ZON	Distribuição de multimédia
21	Soares da Costa	Construção civil
22	REN	Geração e distribuição de electricidade
23	Teixeira Duarte	Construção civil
24	EDPR	Produção de energias renováveis

2.4. VARIÁVEIS

Monteiro (2007:1008) enuncia um conjunto de variáveis como potenciais determinantes da divulgação ambiental agrupados da seguinte forma segundo os autores Domench e Dallo (2001), por ela citados: variáveis de dimensão (volume vendas, ativo total, capitalização de ações no mercado, entre outras); variáveis que definem o tipo de empresa (setor de atividade, cotação em bolsa, entre outras); variáveis sobre a saúde financeira da empresa (através de rácios contabilísticos que expressam a rentabilidade financeira da empresa); e outras variáveis.

No nosso estudo, para testarmos o conjunto de hipóteses adiante formuladas, consideramos as seguintes variáveis:

Variável dependente: “Relato Ambiental” (*Proxy*: Score do Índice Ambiental);

Variáveis independentes: “Dimensão” (*Proxies*: Volume de Negócios; Capitalização Bolsista) e “Endividamento”.

2.4.1. Variável: Relato Ambiental

Os autores Clarkson *et al.* (2008) basearam-se nas Diretrizes da GRI para criar um índice de *scores*, de forma a incluir uma variável para o nível de divulgações voluntárias no seu modelo econométrico.

Nós não nos orientamos pelas Diretrizes da GRI neste estudo, mas também procedemos à construção de um Índice de Divulgação Ambiental.

Após uma análise exploratória dos Relatórios e Contas Consolidadas das empresas constituintes da nossa amostra, foram recolhidos alguns elementos de natureza ambiental presentes no Relatório de Gestão e no Anexo (constantes do Quadro 5).

Os elementos recolhidos seguem, de uma forma geral, o que consta como elementos a divulgar nos relatórios das empresas segundo a DC 29, em vigor na altura (atual NCRF 26).

Para efeitos do cálculo do Índice de Divulgação Ambiental foram considerados 25 elementos ambientais, aplicando um sistema de *scoring*, atribuindo o valor 0 (zero) pela ausência do elemento ou o valor 1 (um) pela sua presença, de modo a medir a extensão de divulgação ambiental (Patten, 2002; Monteiro, 2007). “Deste modo, o valor do Índice de Divulgação Ambiental de cada empresa obtém-se através da divisão da pontuação total obtida para cada empresa pelo número de pontos atribuídos (...)” (Monteiro, 2007:1011).

Quadro 5 – Elementos de Informação Ambiental na Análise de Conteúdos dos R&C²

	Relatório de Gestão:
A	Política e programas ambientais
B	Medidas de prevenção/protecção ambiental
C	Menção/cumprimento de normativo
D	Menção de certificações
E	Investimentos ambientais (passados e do ano corrente)
F	Desempenho ambiental/riscos e impactos s/ ambiente (info. quantitativa)
G	Indicadores ambientais
H	Sistema de gestão ambiental
I	Formação sobre o ambiente
J	Auditoria ambiental externa
K	Menção de futuros investimentos/dispêndios ambientais
L	Menção de prémios e reconhecimentos obtidos na área ambiental
M	Menção de melhorias efectuadas de um ano para o outro
N	Menção de relatório de sustentabilidade/ambiental (se existir)
O	Iniciativas, campanhas de sensibilização, estudos, conferências ...
	Anexo:
P	Critérios de mensuração adoptados relativos ao ambiente
Q	Incentivos ambientais
R	Dispêndios de natureza ambiental imputados a resultados (Gastos)
S	Dispêndios de natureza ambiental capitalizados (Activos)
T	Passivos de natureza ambiental
U	Passivos contingentes de natureza ambiental
V	Provisões de natureza ambiental
W	Multas/penalidades referentes a aspectos ambientais
X	Epígrafe "Informações sobre matérias ambientais"
Y	Epígrafe "Licenças CO2"

A NCRF 26 é aplicada às empresas não cotadas em bolsa ou excluídas de consolidação. As contas consolidadas das empresas que compõem a nossa amostra são tratadas segundo os preceitos do IASB desde 2005. Foi nossa intenção verificar se as empresas faziam, ou não, este tipo de divulgações nos Relatórios e Contas Consolidadas. As Contas Consolidadas são representativas de todo o grupo de empresas, e este tipo de informação sobre o ambiente tem vindo a ser cada vez mais relevante, não podendo ser totalmente desconsiderada ou descurada no momento da divulgação da informação sobre todo o grupo, sendo útil considerar os princípios consignados na NCRF 26.

² Fonte: Elaboração própria baseada na construção dos índices de Patten, 2002; Cho e Patten, 2007; Monteiro, 2007 e NCRF 26: §§48 e 49.

2.4.2. Variável: Dimensão da Empresa

A dimensão de uma empresa tem sido considerada como uma variável determinante na divulgação de informação ambiental (Knox *et al.*, 2005; de Villiers e Staden, 2006; Monteiro, 2007; Stray e Ballantine, 2000, citados por Leote e Rita, 2008:4; Cho *et al.*, 2010).

Como não existem fundamentos teóricos que justifiquem a utilização de uma medida de dimensão específica (Hackston e Milne, 1996, citados por Barros, 2008), para efeitos do nosso estudo foram considerados, como variáveis representativas ou *proxies* da Dimensão: o Volume de Negócios (VN = Vendas e Prestações de Serviços; valores em milhares de Euros), como divulgado na Demonstração de Resultados por Naturezas e o valor de Capitalização Bolsista (CB - valores em Milhões de Euros), como divulgado no Relatório de Gestão para o triénio 2007-2009. Este último valor não estava disponível em todos os relatórios, razão pela qual não foi considerado para algumas empresas na nossa análise.

2.4.3. Variável: Endividamento

O Endividamento (Barros, 2008) é medido pelo rácio: Total do Passivo/Ativo Total, tal como figuravam nos Balanços do triénio 2007-2009.

$$\text{Endividamento} = \frac{\text{Total do Passivo}}{\text{Ativo Total}}$$

2.5. DESENVOLVIMENTO DAS HIPÓTESES DE ESTUDO

Este ponto enuncia as hipóteses de estudo relacionadas com fatores que, se espera, possam influenciar a divulgação de informação ambiental, por parte das empresas do Índice PSI-20.

Pretendemos dar resposta à seguinte questão: existem relações significativas entre as várias variáveis e a divulgação de informação ambiental?

2.5.1. Dimensão da Empresa

Segundo Hackston e Milne (1996, citados por Monteiro, 2007), “a Teoria da Legitimidade contém argumentos para a existência de uma relação tamanho-divulgação ambiental”.

A dimensão da empresa constitui um fator relevante na divulgação de matérias ambientais uma vez que são as maiores empresas a divulgar este tipo de informação segundo Stray e Ballantine (2000, citados por Leote e Rita, 2008:4).

Esta variável aparece positivamente relacionada com a divulgação de informação social e ambiental, sendo as empresas de maior dimensão que fazem maior divulgação deste tipo de informação (Barros, 2008). Outros autores afirmam o mesmo: “*Larger companies, (...), tend to disclose more information than smaller firms*” (Patten, 2002:765), conclusão idêntica a que chegaram Gray *et al.* (1996, citados por Sahay, 2004), de Villiers e Staden (2006), Monteiro (2007) e Cho *et al.* (2010).

Deste modo, foram formuladas as seguintes hipóteses, considerando as duas *proxies*:

H₁: Existe uma relação significativa entre o volume de negócios da empresa e a divulgação de informação ambiental.

H₂: Existe uma relação significativa entre capitalização bolsista da empresa e a divulgação de informação ambiental.

2.5.2. Endividamento

A autora Barros (2008) refere que uma das formas de reduzir a assimetria de informação entre acionistas e credores é precisamente a divulgação voluntária de informação social.

Segundo Roberts (1992, citado por Barros, 2008) o poder dos credores, enquanto *stakeholders* da empresa, depende do grau de endividamento das mesmas. “Quanto mais as empresas recorrem ao financiamento, mais estas devem divulgar informação sobre responsabilidade social de modo a serem vistas como empresas com risco reduzido” (Barros, 2008:37).

Os estudos que existem sobre este tipo de associação não são conclusivos, segundo Purushothaman *et al.* (2000, citados por Barros, 2008), pelo que a hipótese formulada para efeitos deste estudo é a seguinte:

H₃: Existe uma relação significativa entre o endividamento da empresa e a divulgação de informação ambiental.

2.6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

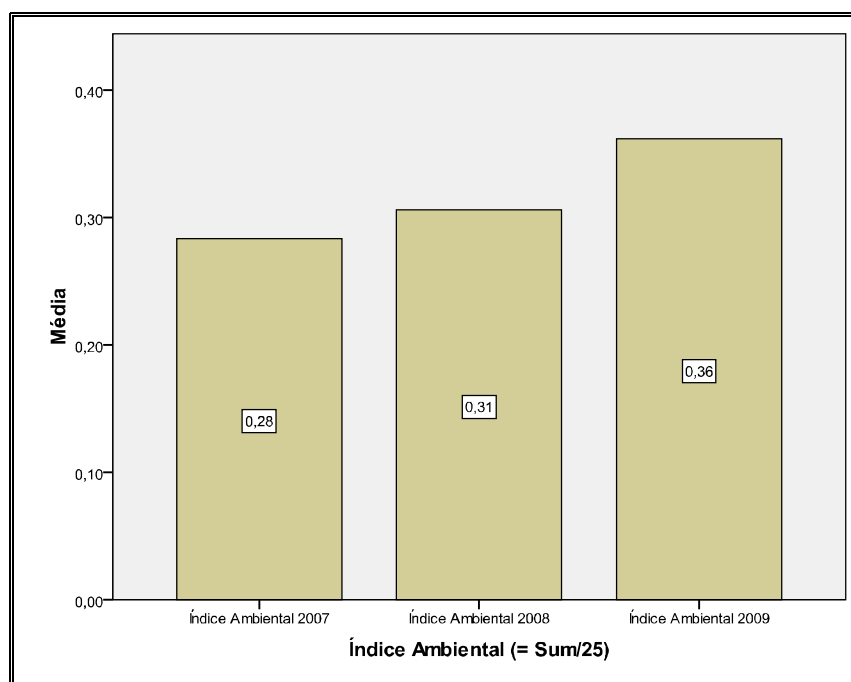
Os dados recolhidos foram processados e tratados estatisticamente através do programa informático de estatística SPSS – *Statistical Package for Social Sciences* – versão 17.0 para ambiente Windows.

2.6.1. Análise Descritiva

Com a construção do Índice de divulgação Ambiental (IDA) e a análise dos valores obtidos, foi possível averiguar o grau de relato ambiental nas empresas que compõem o PSI-20 e a sua evolução ao longo do triénio 2007-2009.

Observando o Gráfico 1, verificamos que o valor do IDA evolui positivamente, pelo que podemos afirmar que foram publicados mais elementos de divulgação ambiental nos relatórios e contas deste grupo de empresas, de ano para ano.

Gráfico 1 – Evolução em Termos Médios do Índice Ambiental ao Longo do Triénio 2007–2009



Os valores obtidos também permitem aferir sobre qual ou quais a(s) empresa(s) que alcançam um maior valor do IDA, ou seja, que divulgam mais elementos informativos de cariz ambiental, conforme apresentado no Quadro 6. Permitem ainda, observar quais os elementos mais divulgados entre as empresas do PSI-20 e quais os menos referidos, conforme o Quadro 7.

As empresas que divulgam mais são as pertencentes a setores com impacto significativo sobre o meio ambiente: cimentos, produtos petrolíferos, energia e papel.

As que divulgam menos são as que apresentam um menor impacto sobre o meio ambiente: 3 bancos, 2 empresas de diferentes ramos da comunicação social e 2 empresas das novas tecnologias, informática e multimédia.

Quadro 6 – As 4 Empresas que Divulgam Mais e as 4 Empresas que Divulgam Menos Informação Ambiental no Triénio 2007–2009

	Índice de Divulgação Ambiental					
	2007		2008		2009	
Empresas que divulgam Mais:	Portucel	= 0,64	Portucel	= 0,72	EDP	= 0,88
	Semapa	= 0,60	Semapa	= 0,72	EDPR	= 0,84
	Cimpor	= 0,56	EDPR	= 0,72	Semapa	= 0,72
	Galp	= 0,56	Galp	= 0,60	Portucel; Galp	= 0,68
Empresas que divulgam Menos:	Cofina	= 0,00	Cofina	= 0,00	Cofina	= 0,00
	Novabase	= 0,00	Novabase	= 0,00	Impresa	= 0,08
	ZON	= 0,00	ZON	= 0,04	BPI	= 0,12
	BCP	= 0,04	BCP	= 0,04	BES	= 0,16

Quadro 7 – Elementos de Informação Ambiental Mais e Menos Divulgados pelas Empresas do PSI-20 no Triénio 2007–2009

	Número de Empresas		
	2007	2008	2009
Elementos Mais Divulgados:			
Política e programas ambientais para o ano de 200__	15 (quinze)	17 (dezassete)	21 (vinte e uma)
Medidas de prevenção/proteção ambiental para o ano de 200__	14 (catorze)	16 (dezasseis)	18 (dezoito)
Elementos Menos Divulgados:			
Auditoria ambiental externa para o ano de 200__	1 (uma)	---	---
Passivos contingentes de natureza ambiental para o ano de 200__	3 (três)	2 (duas)	2 (duas)
Multas/penalidades referentes a aspetos ambientais para o ano de 200__	---	1 (uma)	1 (uma)

2.6.2. Testes de Hipóteses

Neste ponto, propomo-nos testar as três hipóteses anteriormente enunciadas, entre as variáveis de dimensão das empresas e do endividamento, e o Índice de Divulgação Ambiental construído, que serve de *proxy* para a variável de Relato Ambiental, para os anos de 2007, 2008 e 2009.

As diferentes hipóteses foram testadas através da análise de correlações entre as variáveis.

Para o efeito foi considerado o Coeficiente de Pearson que permite analisar se as variáveis estão positiva ou negativamente correlacionadas e se a relação entre elas é forte ou fraca. A relação será mais forte quanto mais o valor deste coeficiente se aproximar de +1 ou -1. Se o valor for próximo de zero, a relação será fraca.

Associado a este coeficiente, temos o nível de significância, que permite afirmar se a relação entre duas variáveis é ou não estatisticamente significativa. Quanto menor este valor, melhor (sendo um bom indicador se $< 0,05$)³.

³ Fonte: http://statistics-help-for-students.com/How_do_I_interpret_data_in_SPSS_for_Pearsons_r_and_scatterplots.htm, acedido em 26 de janeiro de 2012;

É aconselhado algum cuidado na análise deste valor: “When you have small samples, for example only a few participants, moderate correlations may misleadingly not reach significance. (...) some researchers think that significance should be reported but perhaps should receive less focus when it comes to Pearson’s r.”

2.6.2.1. – Estatística Descritiva – Hipótese 1 (Volume de Negócios)

O Quadro 8 evidencia as correlações entre o Índice de Divulgação Ambiental e o Volume de Negócios, sendo assinalados a cinzento valores de um *sig* superior a 0,05.

Quadro 8 – Correlações Entre o Índice de Divulgação Ambiental e o Volume de Negócios ao Longo do Triénio 2007–2009

		ANO			
		2007	2008	2009	
Volume Negócios (mil€)	Pearson Correlation	,387	,309	,409	*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).
	Sig. (2-tailed)	,062	,142	,047	

Pelo Volume de Negócios, observamos uma correlação positiva, embora não muito forte, entre o IDA e a “Dimensão” ao longo do triénio em análise (sensivelmente, 39% em 2007, 31% em 2008 e 41% em 2009). O facto de a correlação ser positiva significará que quanto maior o volume de negócios de uma empresa (ou seja, a Dimensão), maior será o seu nível de divulgação sobre matérias ambientais.

A correlação entre o Volume de Negócios e o Índice de Divulgação Ambiental é positiva, mas fraca, e muito pouco significativa em 2007, diminuindo ainda mais em 2008, apresentando já alguma significância em 2009.

Como as correlações observadas entre a variável “Dimensão” (pelo Volume de Negócios) e “Relato Ambiental”, neste estudo, não são de grande relevância, rejeitamos a hipótese 1.

2.6.2.2. – Estatística Descritiva – Hipótese 2 (Capitalização Bolsista)

O Quadro 9 evidencia as correlações entre o Índice de Divulgação Ambiental e a Capitalização Bolsista.

Quadro 9 – Correlações Entre o Índice de Divulgação Ambiental e a Capitalização Bolsista ao Longo do Triénio 2007–2009

		ANO			
		2007	2008	2009	
Cap. Bolsista (M€)	Pearson Correlation	,492	,499	,725	**. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).
	Sig. (2-tailed)	,063	,058	,001	

Podemos fazer uma interpretação semelhante àquela do Volume de Negócios relativamente aos valores obtidos pela correlação entre a Capitalização Bolsista e o IDA, se bem que os valores aqui observados foram aumentando gradualmente ao longo dos três anos e superiores àqueles apurados pela *proxy* anterior (49%, com um nível de significância próximo dos 0,05 em 2007; 50% em 2008 e 73%, com um nível de significância próximo dos 0,001 em 2009), sugerindo uma correlação mais forte entre as variáveis Relato Ambiental e Dimensão.

Quer a força desta correlação, quer o nível de significância associado foram gradualmente aumentando entre 2007 e 2009. Isto pode ser indicativo de que se está perante uma relação efetiva entre a “Dimensão” e o nível de “Relato Ambiental” das empresas. A H_2 seria aceite.

Estes resultados suportam as conclusões dos autores consultados, que chegaram a conclusões idênticas. Segundo estes, existem “argumentos para a existência de uma relação tamanho-divulgação ambiental” (Hackston e Milne, 1996, citados por Monteiro, 2007). Outros autores que confirmam a existência de uma relação significativa entre estas duas variáveis são Niskala e Pretes (1995), Stray e Ballantine (2000, citados por Leote e Rita, 2008), Knox *et al.* (2005), e os que se seguem que determinaram uma relação positiva e significativa: Patten (2002), Gray *et al.* (1996, citados por Sahay, 2004), de Villiers e van Staden (2006), Gray (2006), Monteiro (2007), Barros (2008) e Cho *et al.* (2010).

2.6.2.3. Estatística Descritiva – Hipótese 3 (Endividamento)

O Quadro 10 evidencia as correlações entre o Endividamento e o IDA para os três anos: 2007, 2008 e 2009.

Quadro 10 – Correlações Entre o Índice de Divulgação Ambiental e o Endividamento ao Longo do Triênio 2007–2009

		ANO			*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).
		2007	2008	2009	
Endividamento	Pearson Correlation	-,348	-,118	-,464	
	Sig. (2-tailed)	,096	,584	,022	

O Índice de Divulgação Ambiental e o Endividamento apresentam-se sempre negativamente correlacionados, sendo a relação entre as variáveis ligeiramente mais forte em 2007 do que em 2008 (-34,8% e -11,8%, respectivamente), mas não estatisticamente relevante. Em 2009 os resultados apresentam já alguma significância entre a correlação estabelecida entre o IDA e o “Endividamento”, atingindo aqui o Coeficiente de Pearson o seu valor mais elevado nestes três anos (-46,4%) e o nível de significância 0,022.

O Quadro 10 salienta, em tons de cinzento, que as correlações obtidas em 2007 e 2008 não são estatisticamente significativas (*sig.* > 0,05), verificando-se o oposto em 2009 (*sig.* < 0,05).

As duas variáveis, o “Endividamento” e o nível de “Relato Ambiental”, apresentam-se negativamente correlacionadas, o que implicaria que à medida que o nível de endividamento das empresas aumentasse, o nível de divulgação de informação ambiental nas mesmas diminuiria.

Esta observação vai contra o que a autora Teresa Barros afirma: “Quanto mais as empresas recorrem ao financiamento, mais estas devem divulgar informação sobre responsabilidade social de modo a serem vistas como empresas com risco reduzido” (Barros, 2008:37). O mesmo dizem Clarkson *et al.* (2008): “(...) *voluntary disclosures are expected to increase with leverage.*” (Clarkson *et al.*, 2008:315).

A correlação entre as duas variáveis, o “Endividamento” e o nível de “Relato Ambiental”, não é estatisticamente relevante. No seu estudo, Barros (2008) chegou a uma conclusão semelhante, apesar da expectativa inicial ter sido contrária.

Com base nestes resultados, a hipótese 3 é rejeitada.

CONCLUSÕES

Nos últimos 30 anos, a responsabilidade social tem merecido uma atenção crescente devido aos problemas ambientais (para além dos sociais) que têm vindo a emergir por todo o mundo. É neste contexto que surge uma maior consciencialização “por parte da sociedade da necessidade de conciliar desenvolvimento económico com a preservação do meio ambiente” (Barros, 2008:4).

Os estudos nesta área têm permitido chegar a um conjunto de fatores estratégicos que influenciam a divulgação deste tipo de informação, principalmente quando esta não é obrigatória.

Adotando procedimentos idênticos aos de estudos anteriores e com base na literatura, nacional e internacional, consultada pretendia-se com este estudo, aferirmos sobre a eventual relação significativa entre as divulgações de caráter ambiental e alguns fatores empresariais (Volume de Negócios, Capitalização Bolsista e Endividamento), independentemente do sentido desta relação: positivo ou negativo, nas empresas do Índice PSI-20 no período de 2007-2009.

Foi construído um Índice de Divulgação Ambiental (IDA) de modo a medir o grau de relato ambiental nas empresas que compõem a amostra do nosso estudo, seguindo as linhas de Patten (2002), Clarkson *et al.* (2008) e Monteiro (2007).

Observando os valores médios do IDA ao longo do triênio em análise, verificou-se que eles tinham vindo a aumentar de uma forma geral, o que permite concluir que o nível de relato ambiental tem tido um acréscimo ao longo dos anos à medida que têm sido publicados cada vez mais elementos de divulgação ambiental nos relatórios e contas. Isto poderá querer dizer que é dada, cada vez mais, maior relevância a informação desta natureza.

Os elementos ambientais que mais se destacaram em termos de presença no índice ambiental, de entre as diferentes empresas do PSI-20, no período em análise, foram os referentes a “Política e Programas Ambientais” e “Medidas de Prevenção/Proteção Ambiental”. Os elementos menos divulgados entre as empresas foram: “Auditoria Ambiental Externa”, “Passivos Contingentes de Natureza Ambiental” e “Multas/Penalidades Referentes a Aspetos Ambientais”.

Contudo há que reter um aspeto: as empresas não pertencem todas ao mesmo setor de atividade, pelo que o valor do índice obtido por uma empresa não será diretamente comparável com o de outra.

Foram formuladas três hipóteses com o intuito de testar se as relações entre três variáveis independentes e o Relato Ambiental eram ou não significativas para as empresas do Índice PSI-20, no período de 2007 a 2009.

Como já foi mencionado neste estudo, foram utilizadas, como *proxies* para a variável da “Dimensão”: o Volume de Negócios (H_1) e a Capitalização Bolsista (H_2).

Pelo Volume de Negócios, a correlação foi positiva e fraca, mas com reduzida significância estatística, pelo que se rejeitou a hipótese 1.

Foram observadas correlações positivas, com alguma força, entre a Capitalização Bolsista (CB) e o IDA. Isto podia ser indicativo de que se estava perante uma relação efetiva entre a “Dimensão” e o nível de “Relato Ambiental” das empresas, sendo estes resultados consistentes com os de Patten (2002), Gray *et al.* (1996, citados por Sahay, 2004), de Villiers e van Staden (2006), Gray (2006), Monteiro (2007), Barros (2008) e Cho *et al.* (2010). A hipótese 2 seria aceite. Contudo, cerca de $\frac{1}{3}$ das empresas da nossa amostra não indicavam o valor da CB nos seus R&C, pelo que não se consideram os resultados aqui obtidos como os mais fiáveis.

A terceira hipótese (H_3) testou a relação entre “Endividamento” e “Relato Ambiental”. As variáveis apresentam-se negativamente correlacionadas ao longo do triênio, o que implicaria que à medida que o nível de endividamento das empresas aumentasse, o nível de divulgação de informação ambiental nas mesmas diminuiria.

Contudo, as correlações obtidas não foram estatisticamente relevantes. Com base nestes resultados, a hipótese 3 foi rejeitada.

Este estudo contribui para a pesquisa adicionando novos dados empíricos sobre a divulgação de informação sobre matérias ambientais por parte das empresas do PSI-20 e sobre a proeminência desta mesma divulgação.

LIMITAÇÕES E LINHAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURAS

Algumas das limitações encontradas são relativas:

- a dimensão da amostra de apenas 24 empresas, o que deturpa os resultados estatísticos obtidos;
- a dimensão das empresas que compõem o Índice PSI-20; talvez uma das razões que tenha levado à rejeição da primeira hipótese no nosso estudo esteja associada à dimensão destas empresas cotadas: não se trata de Micro, Pequenas e Médias Empresas;
- a subjetividade na escolha das medidas para a variável de “Relato Ambiental”; baseamo-nos na NCRF 26, §§48 e 49, mas as empresas da nossa amostra não aplicam este referencial contabilístico;
- o método de recolha de dados; cingimo-nos à utilização da análise de conteúdos dos R&C que, como método de recolha de dados, é restritiva e tem, obviamente, implicações nas conclusões obtidas.

Estudos futuros poderão utilizar uma amostra com um maior número de empresas e um período temporal mais alargado, identificando uma amostra constituída por empresas dentro de um mesmo setor de atividade, de modo a permitir que os resultados sejam diretamente comparáveis, entre si.

BIBLIOGRAFIA

- Al-Tuwaijri, S., Christensen, T. & Hughes II, K. (2004): "The Relations Among Environmental Disclosure, Environmental Performance, and Economic Performance: a Simultaneous Equations Approach", *Accounting, Organizations and Society*, vol. 29, pp 447-471.
- Barros, T. (2008): "A Divulgação de Informação sobre Responsabilidade Social nas Páginas Web das Empresas Portuguesas – Uma Análise Exploratória", Tese de Mestrado em Contabilidade, Faculdade de Economia, Universidade do Porto, 83 pp.
- Byrch, C., Kearins, K., Milne, M. & Morgan, R. (2007): "Sustainable 'What'? A Cognitive Approach to Understanding Sustainable Development", *Qualitative Research in Accounting & Management*, vol. 4, nº 1, pp 26-52.
- Carreira, F. & Dias, F. (2004): "O Relato Ambiental Electrónico". *XIV Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica*, Açores.
- Carroll, A. & Buchholtz, A. (2008): *Business and Society: Ethics and Stakeholder Management*, 7th Edition, Mason: Cengage Learning. Disponível em: 16-11-2010, em http://books.google.com/books?id=B9diOWV8X_UC&printsec=frontcover&dq=archie+carroll+source.
- Chan, J. & Welford, R. (2005): "Assessing Corporate Environmental Risk in China: An Evaluation of Reporting Activities of Hong Kong Listed Enterprises", *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, vol. 12, pp 88-104.
- Cho, C. & Patten, D. (2007): "The Role of Environmental Disclosures as Tools of Legitimacy: A Research Note", *Accounting, Organizations and Society*, vol. 32, pp 639-647.
- Cho, C., Roberts, R. & Patten, D. (2010): "The Language of US Corporate Environmental Disclosure", *Accounting, Organizations and Society*, vol. 35, pp 431-443.
- Clarkson, P., Li, Y., Richardson, G. & Vasvari, F. (2008): "Revisiting the Relation Between Environmental Performance and Environmental Disclosure: An Empirical Analysis", *Accounting, Organizations and Society*, vol. 33, pp 303-327.
- Comissão das Comunidades Europeias (2001): Livro Verde – Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas. Disponível em: 13-10-2009, em <http://eur-lex.europa.eu>.
- Comissão das Comunidades Europeias (2001): Recomendação da Comissão (2001/453/CE), de 30 de maio de 2001, Respeitante ao Reconhecimento, à Valorimetria e à Prestação de Informações sobre Questões Ambientais nas Contas Anuais e no Relatório de Gestão das Sociedades, *Jornal Oficial da União Europeia L156*, pp 33-42.
- Comissão Europeia (2010): Directivas, Regulamentos e outros Actos Oficiais. Disponível em: 27-09-2010, em http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/officialdocs_en.htm.
- Comissão de Normalização Contabilística (CNC, 2005): Directriz Contabilística nº 29 – Matérias Ambientais. Disponível em: 31-10-2009, em http://www.cnc.min-financas.pt/Directrizes/Dir29_ma_materias_ambientais.pdf.
- Comissão de Normalização Contabilística (CNC, 2009): Norma Contabilística e de Relato Financeiro 26 – Matérias Ambientais. *Diário da República, 2ª série – N.º 173 – 7 de setembro de 2009*, pp 36.345-36.349.
- CorporateRegister.com – Global CSR Resources, (2011): Disponível em 26-03-2011 em: <http://www.corporateregister.com/reports/>.
- De Villiers, C. & van Staden, C. (2006): "Can Less Environmental Disclosure Have a Legitimising Effect? Evidence from Africa", *Accounting, Organizations and Society*, vol. 31, pp 763-781.
- Eugénio, T. (2011): *Contabilidade Ambiental*, Verlag Dashöfer, Lisboa.
- Fernando, A., Albuquerque, F., Almeida, M. (2010): "As Matérias Ambientais, as Licenças de Emissão de Gases com Efeito Estufa e os Normativos Contabilísticos Aplicáveis em Portugal: Um Enfoque nas Diferenças em Termos de Reconhecimento Contabilístico, Critérios de Mensuração e Exigências de Divulgação", *APOTEC Jornal de Contabilidade*, vol. 395, pp 31-38.
- Gauthier, C. (2005): "Measuring Corporate Social and Environmental Performance: The Extended Life-Cycle Assessment", *Journal of Business Ethics*, vol. 59, pp 199-206.
- Gray, R. (2002): "Of Messiness, Systems and Sustainability: Towards a More Social and Environmental Finance and Accounting", *British Accounting Review*, vol. 34, pp 357-386.
- Gray, R. (2006): "Does Sustainability Reporting Improve Corporate Behaviour?: Wrong Question? Right Time?" *Accounting and Business Research*, International Accounting Policy Forum, pp 65-88.
- Gray, R. & Collison, D. (2002): "Can't See the Woods for the Trees, Can't See the Trees for the Numbers? Accounting Education, Sustainability and the Public Interest". *Critical Perspectives on Accounting*, vol. 13, pp 797-836.
- How do I Interpret Data in SPSS for Pearson's R and Scatterplots?, (2008). Disponível em 26-01-2012 em: <http://statistics-help-for-students.com/How do I interpret data in SPSS for Pearsons r and scatterplots.htm>.
- Knox, S., Maklan, S. & French, P. (2005): "Corporate Social Responsibility: Exploring Stakeholder Relationships and Programme Reporting across Leading FTSE Companies", *Journal of Business Ethics*, vol. 61, pp 7-28.
- Kraemer, M. (2005): "A Evolução de Normas e Recomendações Internacional e Nacional da Contabilidade Ambiental". Disponível em: 01-02-2010, em <http://br.monografias.com/trabalhos/evolucao-normas/evolucao-normas.shtml>.
- Kuk, G., Fokeer, S. & Hung, W. (2005): "Strategic Formulation and Communication of Corporate Environmental Policy Statements: UK Firms' Perspective", *Journal of Business Ethics*, vol. 58, pp 375-385.
- Lamberton, G. (2005): "Sustainability Accounting – a Brief History and Conceptual Framework", *Accounting Forum*, vol. 29, pp 7-26.
- Leote, F. & Rita, R. (2008): "A Divulgação Ambiental: Voluntária ou Compulsiva", *X Seminário Hispano-Luso de Economia Empresarial*, Universidade de Huelva, Espanha.
- Leote, F. & Rita, R. (2009): "Relato Ambiental no Sector Bancário em Portugal", *XI Seminário Luso-Espanhol de Economia Empresarial*, Escola de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve, Portugal.
- Mendes, M. (2007): "A Responsabilidade Social da Empresa no Quadro da Regulação Europeia", Dissertação de Mestrado em Novas Fronteiras do Direito, Instituto Superior do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 147 pp.
- Monteiro, S. (2007): "Factores Explicativos do Grau de Divulgação Ambiental em Grandes Empresas a Operar em Portugal: Análise Univariada", *XVII Jornadas Hispano-Lusas de Gestión Científica- Conocimiento, Innovación y Emprendedores: Camino al Futuro*, Logroño, Espanha.
- Nabais, C. & Nabais, F. (2010): *Prática Contabilística – De Acordo com o SNC, Lidel - Edições Técnicas*, Lisboa.
- Neyland, D. (2007): "Achieving Transparency: The Visible, Invisible and Divisible in Academic Accountability Networks", *Organization*, SAGE, vol. 14, pp 499-516.
- Niskala, M. & Pretes, M. (1995): "Environmental Reporting in Finland: A Note on the Use of Annual Reports", *Accounting, Organizations and Society*, vol. 20, nº 6, pp 457-466.
- Patten, D. (2002): "The Relation Between Environmental Performance and Environmental Disclosure: a Research Note", *Accounting, Organizations and Society*, vol. 27, pp 763-773.
- Relatórios de Sustentabilidade de 2009 (2010). Disponível em 26-03-2011 em: <http://www.bcsdportugal.org/relatorios-2009/347.htm>.
- Robertson, C. (2008): "An Analysis of 10 Years of Business Ethics in Strategic Management Journal: 1996-2005", *Journal of Business Ethics*, vol. 80, pp 745-753.

- Sahay, A.** (2004): "Environmental Reporting by Indian Corporations", *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, vol. 11, pp 12-22.
- Sánchez, J. & Sotorrio, L.** (2007): "The Creation of Value Through Corporate Reputation", *Journal of Business Ethics*, vol. 76, pp 335-346.
- Seabra, M., Rodrigues, J., Mata, C. & Simões J.** (2008): *Responsabilidade Social das Organizações: Perspectivas de Investigação*, Edições Pedagogo, Mangualde.